



• O destaque para esta quinta-feira mais uma vez vai para as pancadas de chuvas. Estas chuvas muitas vezes são bastante fortes e acompanhadas de grande concentração de raios.

Min: 17° C em Curitiba
Máx: 32° C em Londrina

Fonte: Simepar
Fechamento desta edição: 11:00 horas
Faça sua assinatura pelo fone (43) 3232-2568: R\$ 30,00 para entrega em Sertãozinho e R\$ 50,00 nos demais municípios, pelos Correios (Edição Comercial - Consultar valores para o Diário Oficial).

Diário da CIDADADE

Fundado em 20 de fevereiro de 2000 • Diretor e Jornalista Responsável Getúlio V Soares • Registro Profissional MTB 10776/PR
Quinta-Feira, 21 de Fevereiro de 2019 • ANO XVIII • Edição Nº. 1829 • R\$ 1,50

SOJA - SACA 60 kg	
Dia	Preço
21/02/19.....	R\$ 69,50
MILHO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
21/02/19.....	R\$ 30,30
TRIGO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
21/02/19.....	R\$ 50,00

Fonte: Deral/Seab

Bolsonaro: reforma é necessária para garantir aposentadoria no futuro



O presidente Jair Bolsonaro fez um pronunciamento à nação, em cadeia de rádio e televisão, na noite de hoje (20) defendendo a proposta de reforma da Previdência entregue pelo governo federal ao Congresso nesta quarta-feira. No pronunciamento, Bolsonaro afirmou que a reforma é necessária para garantir que todos recebam seus benefícios em dia "hoje e sempre". "Precisamos ga-

rantir que, hoje e sempre, todos receberão seus benefícios em dia e o governo tenha recursos para ampliar investimentos na melhoria de vida da população e na geração de empregos. A nova Previdência será justa e para todos. Sem privilégios", disse o presidente.

O presidente também afirmou que a reforma não excluirá ninguém. "Ricos e pobres, servidores públicos, políticos ou trabalhadores privados, todos seguirão as mesmas regras de idade e tempo de contribuição. [...] Respeitaremos as diferenças, mas não excluiremos ninguém. E com justiça: quem

ganha mais, contribuirá com mais, quem ganha menos, contribuirá com menos ainda", completou. Ele também acrescentou que o regime de previdência dos militares também será reformado. A reforma dos militares, no entanto, ainda será entregue ao Congresso.

Em cerca de três minutos de meio de pronunciamento, Bolsonaro destacou que a reforma proposta vai igualar ricos e pobres. "Hoje, os homens mais pobres já se aposentam com 65 anos e as mulheres com 60, enquanto isso, os mais ricos se aposentam sem idade mínima. Isso vai mudar. [...] pessoas de todas as clas-

ses vão se aposentar com a mesma idade".

Ele disse que o projeto do governo para alterar as regras foi levado ao Congresso "para amplo debate social". Em seguida, afirmou que o novo sistema vai exigir "um pouco mais de cada um de nós", mas garantirá o futuro do país.

Reforma

O texto propõe idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, com contribuição mínima de 20 anos. Atualmente, aposentadoria por idade é 60 anos para mulheres e 65 anos para os homens, com contribuição míni-

ma de 15 anos.

A idade mínima para a aposentadoria poderá subir em 2024 e depois disso, a cada quatro anos, de acordo com a expectativa de vida dos brasileiros. Nessa proposta, não haverá mais aposentadoria por tempo de contribuição.

No plenário, a aprovação do texto depende de dois turnos de votação com, no mínimo, três quintos dos deputados (308 votos) de votos favoráveis. Em seguida, a proposta vai para o Senado cuja tramitação também envolve discussão e votações em comissões para depois ir a plenário.

Ratinho Junior destaca união entre estados para definir pautas em comum

O governador Carlos Massa Ratinho Junior participou nesta quarta-feira (20), em Brasília, do Fórum de Governadores, que reuniu os chefes do Executivo dos 26 Estados e do Distrito Federal. Ele ressaltou a importância da integração entre os Estados para definir pautas em comum para discussão com o governo federal.

Os principais temas da reunião foram a reforma da Previdência, que começou a tramitar na Câmara dos Deputados, e a manutenção das compensações da União em função de desonerações

no ICMS de produtos destinados à exportação (Lei Kandir).

A Lei Kandir também foi objeto da reunião do governador Ratinho Junior com os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). "É um tema muito importante para o Paraná. Essa questão vai voltar ao Congresso e os Estados não podem ter nenhum tipo de prejuízo", sustentou.

A preocupação dos governadores leva em consideração um parecer técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomenda a interrupção

dos pagamentos. Os Estados querem que a União reconheça e pague uma dívida de R\$ 39 bilhões anuais. A União só estaria disposta a pagar R\$ 3,9 bilhões. As perdas para o Paraná alcançam R\$ 50 bilhões nos últimos 22 anos.

PACTO

O Fórum de Governadores aconteceu nesta quarta-feira (20) e teve a presença dos ministros Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, e Paulo Guedes, da Economia, além dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado Federal, Davi Alcolumbre.

Guedes reconheceu a concentração de poderes e recursos na instância federal e falou da necessidade de rediscussão do pacto federativo. Segundo ele, o País deveria inverter a pirâmide, dando aos municípios e estados mais condições e recursos para a execução das políticas públicas.

LEI KANDIR

Criada em 1996, a Lei Kandir determina que a União compense os Estados pelo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que deixa de ser arrecadado com a desoneração de produtos exportados. O objetivo era estimular a competitividade.

Como o ICMS é um imposto estadual, os Estados passaram a arrecadar menos ao longo dos anos. A União compensaria a perda, mas os valores nunca alcançaram as projeções dos governadores.

O projeto que aguarda votação na Câmara dos Deputados obriga a União a entregar anualmente R\$ 39 bilhões a Estados e ao

Distrito Federal. O valor foi calculado pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne secretários estaduais de Fazenda. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defende que o assunto volte ao Congresso Nacional para ser estabelecido pelos legisladores.

PERDAS

Um estudo realizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) aponta que as desonerações impuseram perdas bilionárias aos Estados entre 1996 e 2016, na casa de R\$ 548 bilhões. Sobre as perdas paranaenses, o relatório indica um valor não repassado de R\$ 46 bilhões. Desse montante, 25% deveriam ser destinados aos municípios.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado do Pará, a diferença entre a compensação paga pelo governo e o quanto as 27 unidades da Federação arrecadariam de ICMS de setembro de 1996 a junho de 2018 chega a R\$ 637 bilhões. O Paraná deixou de receber R\$ 54 bilhões.

Risco de rompimento de barragem interdita estrada em Minas Gerais

A rodovia BR-356, que dá acesso a Itabirito, Ouro Preto e Mariana, na região central de Minas Gerais, continua interdita durante esta quinta-feira (21).

De acordo com a Polícia Militar Rodoviária, a liberação do trecho - que vai do km 35, altura da Lagoa das Codornas, ao km 50, em Nova Lima - depende de um laudo técnico sobre a situação da barragem Vargem Grande.

O risco de rompimento da barragem mantida pela mineradora Vale, que fica em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi registrado na tarde de ontem. Quando as si-

renes tocaram a rodovia foi interdita e moradores da região retirados de suas casas.

Os motoristas que seguem de Belo Horizonte para as três cidades afetadas estão usando rotas alternativas. Uma delas, segundo agentes rodoviários, é uma estrada de terra.

Com as chuvas que caem na região, motoristas têm enfrentado dificuldades e os veículos mais pesados, como caminhões, estão sendo desviados para outros trechos levando mais tempo para chegar ao destino. Um dos acessos alternativos é a Estrada Real, mais estreita e com pouco acostamento.

